

OS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA*

Caio Prado Júnior

Quando Marx e Engels elaboraram sua doutrina de interpretação histórica, encontrava-se a Europa em franca transição para o regime burguês. O capitalismo se desenvolvia aceleradamente, e as revoluções europeias, a começar pela de 1789 e culminando com a de 1848 (da qual participou ativamente o próprio Marx), implantavam nos diferentes países da Europa regimes políticos e sociais compatíveis com as novas formas econômicas do capitalismo. Mas, ao contrário dos revolucionários burgueses que viam na revolução democrática e liberal em curso o termo final da evolução histórica dos povos e países europeus, Marx interpretou-a como simples momento num processo que se prolongaria até desencadear o socialismo. Do capitalismo e do seu desenvolvimento tinha surgido uma nova ordem de contradições, ignoradas pelos teóricos burgueses e que, em substituição à anterior oposição entre nobreza e burguesia, senhores e servos, gerara a de capitalistas e assalariados. Era agora a vez de o proletariado, a nova classe formada nas entranhas do capitalismo, assumir a vanguarda da evolução histórica e realizar o passo seguinte na marcha dos acontecimentos: a revolução socialista.

Coube a Lênin, o maior dos discípulos e o grande continuador dos fundamentos do marxismo, elaborar em todos os seus pormenores a teoria da revolução socialista, cujos primeiros passos ele próprio dirigiria em seu país natal, a Rússia. Lênin retoma a obra teórica interpretada por Marx e Engels no momento em que o regime capitalista entrava em nova fase, a sua fase final, que Marx não conhecera e não previra: a etapa do capitalismo financeiro e imperialista. Além disso, dedicando-se sobretudo a seu país, que se encontrava em grande atraso econômico, social e político em relação aos demais países da Europa, e ainda em regime nitidamente feudal, Lênin

* Ver Caio Prado Júnior, “Os fundamentos econômicos da revolução brasileira”, *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 19 abr. 1947, p. 4-6. (N. O.)

teve necessidade de apreciar de um só golpe sucessivas etapas de desenvolvimento histórico desde o feudalismo até o socialismo, por meio das revoluções democrático-burguesas e socialistas. Elaborou então sua admirável teoria da hegemonia do proletariado na revolução democrática (hegemonia essa que, em outros países da Europa, coubera à burguesia) e da transformação dela em revolução socialista.

As circunstâncias históricas em que Lênin se encontrou deram-lhe assim a possibilidade (que seu gênio soube aproveitar de modo admirável) de completar a análise e interpretação em conjunto e entender esse grande ciclo de transformação histórica da civilização europeia, que Marx entendera apenas em seus traços mais burgueses: a transição da sociedade feudal, por meio do capitalismo, para a sociedade socialista do futuro.

Observa-se ainda que tanto Marx e Engels quanto seu continuador, Lênin, ao analisarem e interpretarem a formação e o desenvolvimento do regime capitalista e burguês saído da sociedade feudal e desembocando no socialismo, tinham em vista especificamente países e povos da Europa em cujos acontecimentos intervíram direta e ativamente. Não poderia ser, aliás, outra a posição de pensadores que, além de teóricos e criadores de uma nova filosofia e método de interpretação histórica, eram também homens de ação e políticos militantes. E, assim, a maior parte da obra de Marx e Engels e, sobretudo, de Lênin, tem um conteúdo essencialmente prático e joga com elementos, circunstâncias e problemas que representavam a própria experiência histórica de que participavam. Reside nisso, aliás, o significado profundo do marxismo, que, unindo indissociavelmente teoria e prática, apresenta uma elaboração teórica permanente da própria história em curso e em seu desenvolvimento dialético.

Esse caráter do marxismo não foi e não é sempre assimilado perfeitamente. Apegando-se estreitamente aos textos de Marx, Engels e Lênin, muitos comunistas não sabem interpretá-los à luz de circunstâncias históricas e de lugar diferentes daqueles que deram origem às conclusões dos mestres do marxismo, e procuram, artificialmente e à custa de graves deformações, encarar os fatos que têm sob as vistas dentro dos esquemas que encontram nas obras clássicas do marxismo dialético, esquecendo-se de que tais esquemas foram elaborados para fatos muito diferentes. Isso ocorre particularmente em países como o Brasil, de formação histórica muito diversa da dos países europeus que foram aqueles de que fundamentalmente se ocuparam os criadores do marxismo. A preocupação em se descobrir paralelos e semelhanças (quando têm identidades que não existem) leva então a deformações grosseiras e mesmo a deturpações completas.

A verdade dessa observação é patente na forma pela qual se instaura em geral entre nós a questão da revolução democrático-burguesa. Referimos acima que o conteúdo essencial da obra histórica de Marx, Engels e Lênin consistia na análise e interpretação da evolução sofrida pelos países e povos europeus desde o feudalismo

até o declínio e a destruição da sociedade burguesa e capitalista pela irrupção do socialismo. Nesse processo de transformação, a revolução democrático-burguesa representa a transição da sociedade feudal para a ordem burguesa. A sua conceituação e definição dependem ainda obviamente de ambos os termos em momentos históricos a que servem de elemento de transição: tanto o anterior, que é o feudalismo, quanto o posterior, que é a sociedade burguesa. Noutras palavras, a revolução democrático-burguesa, como a definem e constituem os fundadores do marxismo, pressupõe um regime feudal de que se origina e que por meio dela se transforma no regime burguês.

Ocorre isso no Brasil? Encontramo-nos jamais num regime de natureza feudal? Como forma de retórica, se a utilizamos apenas no sentido de atribuir um rótulo qualquer e sintetizar numa palavra o atraso e o baixo nível econômico e social em que se acha o Brasil, a expressão “feudalismo” poderia servir, como outra qualquer. Mas, evidentemente, não é isso que se pretende. A precisão dos termos empregados, sobretudo quando se referem a questões fundamentais, é essencial em qualquer exposição científica. Não há assim justificativa para a utilização de uma expressão como “feudalismo”, que comporta um sentido muito preciso, e que se refere a um tipo específico de organização social que existia na Europa antes do advento do capitalismo e da sociedade burguesa; e que não existe nem existiu nunca no Brasil.

Para não entrarmos em pormenores que sobrecarregariam aqui o assunto e exigiriam uma discussão descabida sobre o significado, bastante conhecido, do feudalismo, bastará lembrar que a economia brasileira, desde seu início (isto é, desde que se organizou a colonização no Brasil), foi essencialmente mercantil, isto é, fundada na produção para o mercado; o que é mais, para o mercado internacional. É esse traço que precisamente caracteriza a economia colonial brasileira. É o reverso, portanto, do que ocorre na economia feudal, cujas decadência e desintegração começam justamente quando nela se insinua o comércio, precursor do futuro capitalismo.

Isso já é suficiente para diferenciar desde logo a economia brasileira do feudalismo. A análise feita adiante completará essa observação. E não são similitudes aparentes e superficiais que farão confundir certos elementos retrógrados e primitivos da economia brasileira com “relações feudais de produção”. Essa confusão é tanto mais grave que ela pode levar e já levou muitas vezes a conclusões falsas e deformações completas na apreciação dos fatos da nossa história e da nossa economia. É o caso da citada questão da revolução democrático-burguesa, que, no sentido que lhe foi dado pelos fundadores do marxismo, aliás o único possível, não tem cabimento na evolução histórica do Brasil.

O que caracteriza o Brasil desde o início de sua formação é que nele se constituiu uma organização econômica destinada a abastecer com seus produtos o comércio internacional. É esse o caráter inicial e geral da economia brasileira que se

perpetuaria com pequenas variantes até os nossos dias. Procuremos notá-lo com muita atenção, porque daí derivam os elementos fundamentais da estrutura econômica e social do país. Frente à essência da nossa formação, veremos que, na realidade, nos constituímos para fornecer alguns gêneros alimentícios e matérias-primas aos mercados mundiais. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenções a considerações que não sejam os interesses daqueles mercados, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país.

Os traços principais e fundamentais dessa economia colonial em que se organizou o Brasil são a grande propriedade monocultora, explorada em larga escala (em oposição à pequena exploração camponesa), e o trabalho escravo de indígenas e africanos importados pelo tráfico. Não existe aí nada que seja feudal. Se quisermos estabelecer um paralelo com a economia colonial brasileira, deveríamos ir buscá-lo no mundo antigo; é o que fez o próprio Marx, comparando nosso tipo de exploração agrária (“o sistema de plantação”, como é designado) com as explorações agrícolas de Cartago e Roma (*O capital*, Livro III, cap. XLVII)*.

Não é, assim, uma economia feudal nem [são] “relações feudais de produção” que representam a primeira etapa da evolução histórica brasileira. É uma organização econômica que poderíamos designar por “colonial”, caracterizada pela produção de gêneros alimentícios e matérias-primas destinados ao comércio internacional e fundada (em seu setor agrícola, que é o principal) no sistema de plantação, isto é, num tipo de exploração em larga escala que emprega o trabalho escravo. A substituição posterior do trabalho escravo pelo juridicamente livre (mas submetido de fato a um sem-número de restrições) introduziu naquele sistema um poderoso fator de desagregação que o comprometerá em definitivo. Mas não modificou fundamentalmente, desde logo, os quadros essenciais da estrutura agrária vigente. É precisamente aquela contradição introduzida no funcionamento primitivo do sistema agrário pela libertação do trabalho que constituirá o fator máximo de transformação econômica e social ora em curso e que devemos revolucionariamente levar a seu termo.

Precisamos ainda considerar outro elemento que, no último quartel do século passado, contribuiu para modificar o sistema econômico herdado da colônia. Refiro-me à penetração do capital financeiro internacional, que colocaria a economia brasileira numa situação ainda maior de dependência que a anterior em relação a interesses estrangeiros. Essa penetração do capital financeiro, aliás, foi em grande parte condicionada pelas próprias circunstâncias da nossa economia colonial, já

* Ver Karl Marx, *O capital: crítica da economia política*, Livro III: *O processo global da produção capitalista* (trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2017), p. 843-73. (N. E.)

por natureza em ligação íntima e dependência estreita do comércio internacional em que funcionava, como vimos, na qualidade de simples e subordinado fornecedor de gêneros alimentícios e matérias-primas. Tornava-se assim a economia brasileira altamente vulnerável à penetração imperialista quando o capitalismo das grandes potências do mundo moderno chega a essa fase de desenvolvimento. O Brasil se fará então, imediata e como que automaticamente, sem resistência alguma, fácil campo para suas operações.

O imperialismo agravará de forma considerável os lados negativos do colonialismo brasileiro, criando novos laços que tendem a perpetuar as condições de subordinação e dependência da nossa economia. Mas, ao lado disso, encontramos no imperialismo um lastro positivo. Ele representa sem dúvida um grande estímulo para a vida econômica do país. Entrosando-a num sistema internacional altamente desenvolvido, como é o do capitalismo contemporâneo, realiza necessariamente nela muitos dos seus progressos. O aparelhamento moderno de base com que conta a economia brasileira é quase todo ele fruto do capital financeiro internacional. E não é apenas sua contribuição material que conta: com ela vêm o espírito de iniciativa, os padrões, o exemplo e a técnica de países altamente desenvolvidos, que trazem assim para o Brasil alguns dos fatores essenciais para o nosso progresso econômico.

O imperialismo contribui assim, poderosamente, para integrar o Brasil numa nova ordem econômica superior que é a do mundo moderno. Mas esse ajustamento se processou sem modificação substancial do caráter fundamental da economia colonial do país; isto é, a produção precípua de gêneros destinados ao comércio exterior. Aquela nova ordem contribuiu mesmo, de certa forma, para reforçá-lo e consolidá-lo. Tocamos aí na segunda contradição fundamental em que se encontra engajada a evolução brasileira: uma economia primitiva e débil, solicitada por uma ordem altamente desenvolvida que é a do mundo moderno. Verifica-se então, plenamente, a exiguidade da base econômica em que assenta a vida brasileira. Torna-se patente a incompatibilidade substancial entre o novo ritmo da existência e do progresso material atingido pelo país e sua modesta categoria de mero produtor de um punhado de matérias-primas destinadas ao comércio internacional. Sobre essa base estreita não era possível manter uma estrutura econômica e social imposta pelas novas condições do mundo de que o Brasil passara plenamente a participar.

Isso se percebe imediatamente quando observamos o problema que consiste em sustentar o ritmo de desenvolvimento adquirido pelo país com a produção exclusiva de uns poucos gêneros que, embora de grande expressão comercial, se mostrarão desde logo de todo insuficientes para a função que deles se exigia. É o que ocorreu, num período relativamente próximo, com a larga extensão da cultura cafeeira, que cedo resultou em crises periódicas e crônicas de superprodução e desvalorização do produto. Isso sem contar o desgaste contínuo e precipitado dos

recursos naturais num regime de exploração extensiva e descuidada que é o corolário fatal de nosso sistema agrário. Outras atividades brasileiras alcançaram logo também seu limite de expansão (como foi o caso do cacau) ou então recuaram mesmo em termos absolutos, como se deu com a borracha. Fizeram-se novas tentativas para substituir aquelas produções decadentes. A de algodão é o exemplo máximo. Mas o resultado será sempre medíocre ou de perspectivas acanhadas.

Esses fatos comprovam que não é mais possível à economia brasileira manter-se e alimentar a vida do país dentro do seu antigo sistema produtivo tradicional. Para promover o progresso do país e de suas forças produtivas, mesmo para simplesmente conservar o nível atingido, tal sistema era, evidentemente, insuficiente. Apresenta-se então a perspectiva de estagnação e decadência; é o que efetivamente ocorreu na maior parte do país. Entre outros, o exemplo da região amazônica é característico, mas está longe de ser o único. Com poucas exceções, a maior parte do território brasileiro encontra-se hoje economicamente estagnada, se não em regresso. Mas em outros setores (e estes ampararão e, em certa medida, arrastarão o resto), graças a circunstâncias particulares e muito especiais, desenvolver-se-ão novas formas econômicas que, embora de segunda ordem no conjunto e à margem do sistema produtivo fundamental do país, conseguirão manter a vida brasileira.

Tais formas representam os primeiros passos de uma economia propriamente nacional, voltada para dentro do país, e as necessidades próprias da população que o habita; uma organização destinada a mobilizar e coordenar os recursos e o trabalho do país em função principalmente da existência dos indivíduos e da comunidade nela enquadrados, e não a servir em primeiro lugar a interesses estrangeiros. Não era isso que ocorria no Brasil e nunca fora desde primórdios da sua formação.

É esse, hoje, o único rumo que se abre para a evolução do país em conjunto. Isto é, refazer-se sob novas bases, deixar de ser um simples fornecedor do comércio e dos mercados internacionais e tornar-se efetivamente o que deve ser uma economia nacional: um sistema organizado de produção e distribuição dos recursos do país para a satisfação das necessidades de sua população.

Romper em definitivo com um longo passado colonial e tornar-se função da própria comunidade brasileira e não de interesses e necessidades alheias. Essa evolução encontra-se, como vimos, em andamento. Mas forças poderosas ainda contêm o seu ritmo: não somente os interesses fundados na ordem atual, mas a inércia de toda a parte mais importante e substancial da estrutura e da organização econômica do país que as constituiu em função de uma finalidade e que é agora solicitada por outra. Uma análise atenta da atual organização econômica do país nos mostra que, tendo nela desde a distribuição da população, a estrutura agrária, a distribuição dos centros urbanos, os transportes, até o aparelhamento comercial e financeiro, está disposta sobretudo para atender aos objetivos que até hoje a ela se impôs a produção de gêneros exportáveis. Isso sem contar os fatores sociais e

políticos que agem no mesmo sentido. Não podia ser de outra forma depois de quatro séculos de hegemonia de tal sistema que só agora entra em sua fase definitiva de desagregação.

Doutro lado, a transformação parcial que, apesar de tudo, se operou faz-se muitas vezes defeituosa, frequentemente apenas como expediente oportunista frente a embaraços de momento que iam surgindo. Exemplo flagrante disso encontramos no caso da indústria manufatureira. Nunca foi possível uma política deliberada e racionalmente protecionista que, ao mesmo tempo, fomentasse e orientasse o desenvolvimento industrial do país. Ao contrário, a indústria brasileira cresceu ao acaso de tarifas alfandegárias ditadas muito mais por necessidades do Tesouro público que pelo objetivo consciente de estimular empreendimentos nascentes capazes de vingarem e de se manterem no futuro com suas próprias forças; ao acaso também das depreciações cambiais, bem como de conjunturas completamente estranhas, como foi o caso nas duas grandes guerras que atravessamos neste último quarto de século. Resultou daí essa indústria precária e incompleta que possuímos, mal aparelhada e onerosa para o país, que representa com sua produção cara e de qualidade medíocre um pesado tributo imposto ao consumidor nacional.

Exemplos como esse são muitos. A transformação que se processa na economia brasileira exige, para completar-se e chegar a bom termo, reformas profundas e já hoje inadiáveis frente à grande crise estrutural que ameaça a própria vitalidade do país e, em particular, a subsistência da massa de sua população.

A natureza dessa reforma é indicada pelas contradições em nossa economia que assinalai acima e que constituem elementos fundamentais do processo histórico em curso. Trata-se em primeiro lugar de completar a transição do regime de trabalho escravo, extinto juridicamente há mais de meio século, mas ainda mantido mais ou menos disfarçadamente em um sem-número de casos, para um novo regime de trabalho efetivo e completamente livre. Isso exigirá medidas econômicas, políticas e administrativas de vulto, que não podem ser uniformes para todo o país, dada a variedade das relações de trabalho vigentes em suas diferentes partes.

Paralelamente a isso, será necessária uma reestruturação completa da economia brasileira na base das necessidades efetivas do país e de seus habitantes. Isto é, que a produção, a circulação e os demais elementos que integram a estrutura econômica se organizem primordialmente em função das exigências do consumo da população brasileira tomada em conjunto. Começando-se por atender às necessidades mais elementares da grande maioria do país, que se acham longe de uma satisfação convincente: alimentação, saúde, vestuário, habitação. É para isso que devem convergir primordialmente as atividades e os recursos do país. Será precisamente esse o primeiro passo no sentido de transformar nossa economia de colonial em nacional. Não se trata aí apenas do “progresso” do país; um progresso em abstrato e destacado dos indivíduos que dele devem participar. Ao nosso colonialismo não importa em

absoluto, como nunca importou no passado, um estado geral de pobreza e miséria para todo o Brasil. Ele tem dado conta perfeitamente da tarefa que lhe coube de manter pequenos setores da população brasileira num nível de vida relativamente elevado. E é precisamente por isso que o problema da nacionalização e libertação da economia brasileira não se propõe para esses setores que formam a minoria dominante e suficientemente aquinhoadas, no regime atual, com todo o bem-estar e conforto modernos. A transformação da economia brasileira não diz respeito assim a esses setores, mas à restante maioria do país, em função de cujas necessidades se deverá reaparelhar a nossa economia. E aqui se propõe, finalmente, como conclusão, a forma de realizar esses objetivos da revolução brasileira. Será pelo “fomento do capitalismo”, como pensam alguns? Por uma “revolução democrático-burguesa” que, suprimindo as “sobrevivências feudais” da nossa economia, abra perspectivas amplas para o progresso do regime capitalista? Evidentemente, não. Não é a debilidade do nosso capitalismo o responsável pelo atual estado de coisas no país e o atraso da nossa economia. Essa é uma tese visceralmente burguesa e falsa, o que só pode iludir as massas trabalhadoras e oprimidas.

O incipiente capitalismo brasileiro, de mãos dadas com o imperialismo, tem usufruído largamente e com grande proveito as condições vigentes no país. A prova é que existe no Brasil uma burguesia capitalista não só financeiramente forte, mas poderosa e politicamente dominante. E por isso não lhe interessavam em absoluto as reformas substanciais de que necessita o país ou, antes, a massa de sua população. Pede apenas liberdade para agir sem restrições que perturbem suas atividades, admitindo a intervenção do Estado unicamente para lhe garantir a segurança de seus negócios. Não é outra conclusão que se depreende dos programas traçados pelas chamadas “classes produtoras”, isto é, a burguesia, nos diferentes congressos e manifestações coletivas em que se tem pronunciado. Que interesse pode ter a burguesia em promover a libertação completa do trabalhador nacional, se é precisamente o estatuto semisservil deste que melhor lhe assegura uma larga margem de exploração do trabalho e a maior submissão do proletariado? Que interesse tem ela em livrar a economia brasileira de suas contingências coloniais quando encontra aí (e muitas vezes justamente porque é colonial) margem suficiente para a aplicação de seus capitais e exploração de negócios rendosos?

Mas, além disso, e sobretudo, há de se considerar que a livre concorrência e a iniciativa privada (os elementos fundamentais do capitalismo) não são de modo algum os fatores capazes de dar conta da tarefa de reestruturação da economia brasileira nos moldes em que isso se faz necessário. Ambas implicam uma perda considerável de esforços, um desperdício de energia e convulsões periódicas que o país está longe de poder suportar. É certo que o capitalismo, com todos esses aspectos, assegurou tanto na Europa quanto nos Estados Unidos um considerável progresso material. Mas o nosso caso é completamente diferente. Tanto do ponto

de vista de recursos naturais quanto de condições humanas, ficamos muito atrás daqueles países e povos no terreno das possibilidades e oportunidades econômicas. O Brasil é um país de natureza agreste e difícil, as nossas tão devastadas riquezas não ultrapassam os versos dos nossos poetas. Quanto a nossa população, além de rarefeita e muito dispersa, ela tem atrás de si uma longa história de formação caótica e sofre as contingências de um multissecular desconforto tanto material quanto moral. Não é comparável, portanto, aos povos da Europa e da América do Norte.

Além disso, os tempos são outros. Não é neste novo mundo da ordem, da luta interimperialista, no qual o Brasil já ficou tanto para trás, que se repetirá aqui a epopeia do capitalismo norte-americano com que tantas vezes nos acenam as forças conservadoras desejosas de nos iludir com miragens tentadoras. O mundo liberal do século XX está definitivamente morto, e não será no Brasil que ele ressuscitará. As molas propulsoras do capitalismo (o enérgico individualismo e o forte estímulo da iniciativa privada) não funcionam mais no mundo moderno, nem cabem mais nele. Não será agora no Brasil, onde nunca existiram, que se virão constituir para realizar a grande tarefa de reestruturação e transformação da face do país.

Isso não quer dizer que tenha soado a última hora do capitalismo no Brasil. A iniciativa privada ainda tem muito a realizar aqui. Não uma iniciativa privada deixada livre e a seu alvitre. Mas estritamente regularizada e encaminhada para aqueles setores de atividade nos quais a necessidade dela se faça mais sentir frente aos interesses gerais do país. E complementada e substituída, sempre que convir, pela ação direta do Estado ou de seus órgãos representativos dos interesses da coletividade.

Em suma, trata-se de aproveitar o capitalismo naquilo que ele ainda oferece de positivo nas condições atuais do Brasil; contê-lo e mesmo suprimi-lo naquilo que se possa opor às reformas de que o país necessita. E, ao mesmo tempo, ir preparando os elementos necessários à futura construção do socialismo brasileiro.